

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e Documentação (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Especialização em Contabilidade Pública

Helena Maria de Araújo Dias

**CONTROLE SOCIAL, CIDADANIA E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA: Ações de incentivo do Poder Executivo - CGU**

Brasília
2008

Professor Doutor Roberto Armando Ramos de Aguiar
Reitor Pro Tempore da Universidade de Brasília

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e Documentação

Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Lustosa
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama
Coordenador Geral do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis

Helena Maria de Araújo Dias

**CONTROLE SOCIAL, CIDADANIA E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA: Ações de incentivo do Poder Executivo - CGU**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão do curso de Especialização em Contabilidade Pública e obtenção do grau de Especialista.

Orientador: Prof. Mestre Cláudio Moreira Santana

Brasília
2008

DIAS, Helena Maria de Araújo

Controle social, Cidadania e Transparência na Administração Pública: Ações de incentivo do Poder Executivo – CGU / Helena Maria de Araújo Dias – Brasília, 2008.p.40.

Monografia (Especialização em Contabilidade Pública) – Universidade de Brasília, 2008.

Bibliografia.

1. Controle Social 2. Cidadão 3. Transparência I.Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da UnB.II.Título.

CDD –

Helena Maria de Araújo Dias

**CONTROLE SOCIAL, CIDADANIA E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA: Ações de incentivo do Poder Executivo - CGU**

Monografia defendida no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão do curso de Especialização em Contabilidade Pública, e aprovada pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Mestre Cláudio Moreira Santana
Orientador - Universidade de Brasília (UnB)

Examinador – Universidade de Brasília

Brasília, ____/12/2008

Dedico a minha neta, ainda criança e a todo cidadão brasileiro, no sentido de despertar interesse e contribuir para uma sociedade brasileira mais participativa e especialmente aos gestores públicos, pelo comprometimento com a responsabilidade social e econômica do país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao servidor público Rogério Alves de Sousa, Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União, pela presteza nas respostas dos assuntos solicitados.

A Eliana Magalhães Graça, coordenadora do Instituto de Estudos Socioeconômicos, pela cordialidade no atendimento e por fornecer material para o trabalho.

Ao professor Mestre Cláudio Moreira Santana, pela disciplina ministrada Didática II, que muito auxiliou no desenvolvimento da monografia e em especial, no papel de meu orientador pela ajuda e o apoio, durante todo processo de orientação.

À Instituição a qual trabalho, o Superior Tribunal de Justiça, por proporcionar a realização deste estudo, garantindo o patrocínio financeiro.

RESUMO

Este trabalho descreve duas ações desempenhadas pela Controladoria Geral da União (CGU) com a participação do cidadão na fiscalização do dinheiro público e do controle social, haja vista a preocupação com o crescimento de denúncias de corrupção e de desvios dos recursos públicos no País, pois a sociedade necessita de mecanismos que lhe dê condições de conhecer, acompanhar e ao mesmo tempo fiscalizar as finanças públicas do governo. Dentre várias ações implementadas pela CGU foram escolhidas a “Cartilha de Olho Vivo no Dinheiro Público” e a “Educação a Distância” como objeto de estudo com a finalidade de conhecer o processo de distribuição, o público-alvo e qual esfera de governo que está sendo fiscalizada, bem como confirmar o interesse de participação da sociedade e qual o nível de escolaridade atingido. Para a análise, foram utilizados dados coletados pela CGU, sendo, portanto, dados secundários. Observou-se que no Portal da Transparência, o cidadão pode acompanhar as ações do governo, tomar conhecimento de como o dinheiro público está sendo utilizado e pode passar a ser um “fiscal”, principalmente como os recursos públicos estão sendo usados nos municípios, com intuito de fortalecer o controle social e a prevenção do combate à corrupção. Diante disso, a CGU vem trabalhando em diversas ações, duas delas foram destacadas, essas ações visam fomentar o controle social e a prevenção ao combate à corrupção. Verificou-se que é importante a participação da sociedade nesse processo, pois promove a transparência e o estímulo ao controle social, com o objetivo de prevenir e minimizar a ocorrência de impropriedades na utilização dos recursos públicos. A atual preocupação hoje é que o governo e a sociedade, cada um vem exercendo o seu papel de forma modesta por meio dos dados obtidos. A responsabilidade social trabalhada em parceria com o governo as ONGs e o próprio cidadão, podem trazer resultados satisfatórios, inclusive se o conhecimento começar a ser apresentado em escolas de nível fundamental para que ainda, como criança, aprenda a importância do seu papel no Estado organizado.

Palavras-chave: Controle social. Cidadão. Transparência.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos participantes por Faixa Etária.....	31
Tabela 2: Distribuição dos participantes por sexo.....	31
Tabela 3: Distribuição dos participantes por região	31
Tabela 4: Distribuição dos participantes por formação acadêmica	32
Tabela 5: Distribuição dos participantes por conhecimento de informática	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CGU	Controladoria Geral da República
ESAF	Escola Fazendária
FBO	Fórum Brasil do Orçamento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LRFS	Lei de Responsabilidade Fiscal e Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

RESUMO	7
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualização	11
1.2 Problema de pesquisa	13
1.3 Objetivos	13
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	13
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	13
1.4 Demilitação do Trabalho	14
1.5 Organização do trabalho	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Controle	15
2.2 Controle na Administração Pública	16
2.3 Participação Popular e a Cidadania	19
2.4 Transparência e Transparência Pública	20
3 PROCEDER METODOLÓGICO	23
3.1 Portal da Transparência	24
3.2 Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público	26
3.3 Educação a Distância	27
4 RESULTADOS	29
4.1 Cartilha de Olho Vivo no Dinheiro Público	29
4.2 Educação a Distância	30
4.3 Ações não-governamentais	32
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO	36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	40

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Os direitos sociais garantidos na Constituição Federal do Brasil visam atender os anseios da sociedade.

Conforme Santos (2007, p. XX),

As sociedades democráticas que têm a busca pela igualdade e justiça como princípio, necessitam de mecanismos capazes de promover e garantir os direitos de cidadania da população. A Constituição de 1988 foi o marco quanto aos fundamentos das ações públicas para alcançar esse objetivo. O desenho da seguridade social brasileira a partir de então passou a expressar a responsabilidade do Estado democrático frente às demandas sociais e a garantir a proteção social aos sujeitos de direito.

Conforme a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), cabe ao Estado, em parceria com a sociedade civil, a tarefa de elaborar políticas sociais públicas especificamente quanto a Assistência Social. Conforme o artigo 1º da LOAS:

A assistência social, direito do cidadão é dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

É prudente que a sociedade civil como parte envolvida nos atos administrativos do Estado conheça e participe das ações promovidas pela Administração Pública, acompanhe a aplicação dos recursos públicos, verifique quais os benefícios trazidos pelos gastos, bem como exerça o papel de cidadania, fiscalizando as irregularidades, os desvios e os desperdícios por parte do Estado.

Para Figueiredo e Nóbrega (2002, p. 321),

A sociedade pode e deve ser chamada a participar e assumir responsabilidade compartilhada pela gestão pública, através de diversos mecanismos de diálogo e interação Estado-Sociedade. [...] um meio de abertura para a sociedade participar dos atos de governo e que tem se difundido no Brasil são as “ouvidorias”. Ainda tem se utilizado de caixas sugestões ou *site* na internet, como instrumento de interação com a sociedade. É relevante ressaltar que todo esse processo de transparência e responsabilidade compartilhada deve ser fortemente influenciado pela sociedade através de suas entidades representativas, tais como as organizações não-governamentais, de forma que a população possa ter relação de confiabilidade com o poder público e confira legitimidade às informações por ele geradas.

Segundo esse raciocínio, pode-se dizer que a sociedade merece uma administração pública que zele pela fiel execução orçamentária, atuando com gestão fiscal e social, promova ações que estimulem a sociedade civil a monitorar e fiscalizar o planejamento financeiro do Estado.

É papel do Estado estabelecer relações justas e equilibradas com o cidadão por meio do incentivo, promoção, apoio e participação em ações de responsabilidade social de cidadania e de incentivos voltados para o controle social e combate a corrupção.

Em relação a esse último tema, Mafra Filho (2007) afirma que

O combate à corrupção sempre foi e será um dos principais objetivos de todos os governos sérios. A corrupção é um mal que assola não só o Brasil, mas nações do mundo inteiro. Todas as medidas que contribuam para a diminuição dos graus de corrupção na sociedade brasileira devem ser aplaudidos. Entretanto, não se pode esquecer que é no ser humano, no indivíduo que exerce função que se encontra a raiz de todos os males e a solução para todos os problemas.

Por isso, é importante que, num cenário democrático, a sociedade verifique se o governo está conseguindo cumprir as metas sociais determinadas e obtenha maiores informações do que está acontecendo na Administração Pública.

[...] a qualidade da democracia existente em uma sociedade depende da produção, da disseminação, do acesso, da qualidade, da liberdade, da cultura de informação existente entre os seus cidadãos e cidadãs. “Sem esta cultura, a transparência não se concretiza como instrumento do controle social e nem o combate ao flagelo da corrupção será bem-sucedido. (TEIXEIRA, 2006, p. 25).

Segundo Martins Júnior (2004, p. 300),

As reformas legislativas na Administração Pública, objetivando a implantação do Estado Democrático de Direito, devem se guiar por valores essenciais ao redimensionamento do papel a Administração Pública e do novo perfil de suas relações com os administrados (ética, moralidade, transparência, participação, motivação eficiência), preocupadas com a legitimidade da ação estatal.

Em termos práticos, a Controladoria Geral da União (CGU) - representando a sociedade - exerce o papel de controle interno do poder executivo, vez que a incumbência de controle externo é de responsabilidade do Tribunal de Contas da União (TCU).

As principais atividades desempenhadas pela CGU, como órgão responsável pelo controle interno federal é no sentido de combater a corrupção, fiscalizar os atos administrativos dos gestores públicos, incentivar a própria sociedade a acompanhar o que vem sendo feito, bem como os benefícios alcançados, e de observar a legalidade dos atos

administrativos das entidades da administração pública dos recursos públicos utilizados em benefício ao cidadão.

Nesse sentido, desde novembro de 2004 a CGU vem disponibilizando ao cidadão, por meio do Portal da Transparência, ações de fiscalização, como forma preventiva de combate à corrupção. A sociedade tem a oportunidade de conhecer, de acompanhar e de fiscalizar onde, quando, por quem e quanto que estão sendo gastos os recursos públicos.

Ao navegar no Portal, o cidadão, sem necessidade de senha, tem livre acesso às contas do Governo Federal, informações acerca das transferências de recursos para os estados e municípios e maiores detalhes sobre a destinação dos gastos.

1.2 Problema de pesquisa

Nessa linha de pensamento o Portal da Transparência da CGU foi escolhido como objeto desse trabalho e se levanta a seguinte problemática: **O cidadão tem participado das ações promovidas pela CGU no Portal da Transparência, exercendo a sua cidadania, conhecendo o funcionamento no incentivo ao controle social e na transparência dos gastos públicos?**

1.3 Objetivos

Tendo em vista o problema de pesquisa, são objetivos do trabalho:

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar se as ações Cartilha “Olho Vivo no Dinheiro Público” e da Educação a Distância estão tendo resultado no controle social por meio da participação da sociedade.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever as atuais ações de controle social, de participação do cidadão e da transparência na administração pública por meio do Portal da Transparência da CGU;
- Descobrir se os objetivos para que as ações referidas foram criadas estão sendo alcançados;
- Avaliar a partir dos dados da CGU, o nível de participação e de interesse do cidadão nas ações “Olho Vivo no Dinheiro Público e Educação a Distância” no combate à corrupção ao controle social e a transparência pública.

1.4 Demilitação do Trabalho

O Portal da Transparência, instituído pelo governo federal, sob o gerenciamento da Controladoria Geral da União, disponível por meio de site eletrônico, foi escolhido como objeto de pesquisa, não apenas pela relevância no que se refere ao controle social dos recursos públicos e das ações de mecanismos de fiscalização do cidadão que são apresentadas nesse Portal, mas também pela disponibilidade das informações.

Dentre as ações implementadas pela CGU no Portal da Transparência, este estudo terá como objeto a utilização das ações: cartilha intitulada “Olho Vivo no Dinheiro Público” e da ação “Educação a Distância”, ambas oferecidas pelo governo federal à sociedade. A pesquisa se restringe ao Poder Executivo especificamente e foram utilizados artigos, livros e informações disponibilizadas por meio de sites eletrônicos.

1.5 Organização do trabalho

O trabalho está organizado em cinco capítulos:

Capítulo 1 – **Introdução:** apresenta o problema, os objetivos da pesquisa, a justificativa a delimitação do trabalho e a organização do trabalho.

Capítulo 2 – **Contextos e conceitos:** apresenta conceitos concernentes à evolução histórica do Controle Social no Brasil, a Participação Popular e a cidadania, a Transparência e Transparência da Administração pública.

Capítulo 3 – **Proceder Metodológico:** O Portal da Transparência e as ações nele desenvolvidas Cartilha “Olho Vivo no Dinheiro Público” e a “Educação a Distância”.

Capítulo 4 – **Resultados:** Cartilha “Olho Vivo no Dinheiro Público” e a “Educação a Distância”.

Capítulo 5 - **Análises e Discussão:** análise qualitativa e quantitativa dos dados encontrados no desenvolvimento da pesquisa.

Capítulo 6 – **Considerações Finais.**

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As ações desenvolvidas neste trabalho estão diretamente ligadas ao controle social, ao exercício da cidadania e à transparência pública, disponibilizadas ao cidadão. Para melhor entendimento, alguns conceitos serão desenvolvidos, buscando inclusive concepções de alguns autores e fundamentação legal estabelecida por lei:

2.1 Controle

No dicionário do Aurélio, o significado da palavra controle tem um sentido de domínio e, talvez por isso, o controle é muitas vezes enxergado como um procedimento inconveniente, pois ninguém gosta de ser controlado, apesar de muitos entenderem que controlar é necessário.

A expressão controle está associada ao ato de fiscalização, com o objetivo de evidenciar, caso aconteçam, os desvios e as irregularidades. Com o controle se consegue detectá-lo e proporcionar ações corretivas.

O Controle é uma das funções administrativas que já era previsto no paradigma da administração científica que fundamenta a Escola Clássica iniciada por Fayol e Taylor. Essas funções administrativas eram: planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar [...].

O controle do Estado, em sentido amplo, se dá de várias formas dentre as quais se pode destacar o controle do próprio poder do Estado *por meio dos sistemas de freios e contrapesos*, concebido originalmente por Montesquieu, e consubstanciado, ao nosso ordenamento jurídico, pela separação dos poderes e independência dos mesmos prevista no art.2º da Constituição Federal de 1988.

A finalidade do controle é garantir que a administração atue de acordo com os princípios explícitos e implícitos na Constituição Federal que são: legalidade, moralidade, finalidade pública, motivação, impessoalidade, publicidade e, mais recentemente introduzido, o princípio da eficiência. (SANTOS; CARDOSO, 2001.p. 24)

Nota-se que nas últimas décadas, forte tendência à valorização da participação dos cidadãos. Com exemplo, Schier (2002, p. 107), cita a própria Constituição Federal que ampliou muito os mecanismos de participação dos cidadãos junto ao Estado:

a Constituição de 1988 foi a primeira que garantiu, também na esfera administrativa, a participação dos cidadãos, assegurando a possibilidade de interferirem significativamente na tomada de decisão do poder público, bem como a possibilidade de exercerem o controle dos atos administrativos.

O Manual para os Agentes Municipais da CGU (2005 p.16), destaca a importância do controle nas atividades administrativas:

O controle é uma das funções clássicas da administração de qualquer entidade, seja pública ou privada, sendo precedido pelas atividades administrativas de planejamento, organização e coordenação. Na administração pública, esta função é mais abrangente e necessária em virtude do dever de prestação de contas a que todo ente estatal está submetido.

2.2 Controle na Administração Pública

A Lei 4.320/64 estabeleceu em seu artigo 75, o controle da gestão pública, que trata das normas gerais do direito financeiro para elaboração e controle da execução orçamentária, em suas disposições gerais assim reza:

Art.75 – O controle da execução orçamentária compreenderá:

- I – a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;
- II – a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos;
- III – o cumprimento do programa de trabalho, expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Quanto ao controle interno assim dispõe a referida Lei.

Art.76 – O poder executivo exercerá os três tipos de controle a que se refere o artigo 75, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Art.77 a verificação da legalidade dos atos da execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.

Art.78 – Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas, de todos os responsáveis por bens e valores públicos.

Art.79 Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária, ou a outro indicado pela legislação, caberá o controle estabelecido no início do artigo 75.

Parágrafo único – Esse controle far-se-á, quando for o caso, em termos de unidades medidas previamente estabelecidas para cada atividade.

Art.80 – Compete aos serviços de contabilidade ou órgão equivalentes, verificar a exata observância dos limites das contas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.

Já no que se refere ao controle externo assim dispõe a referida Lei.

Art.81 – O controle da execução orçamentária, pelo poder legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei do Orçamento.

Art.82 – O Poder Executivo anualmente prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.

§ 1º As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, com parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

§ 2º Quando no Município não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificar as contas do Prefeito e sobre elas emitir parecer.

A Constituição Federal de 1988 (CF), em seu artigo 70 alargou o conceito de controle na Administração Pública para incluir a fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial de todos os entes da União, inclusive a Administração Direta e Indireta, com intenção de se obter uma gestão aderente à legalidade e economicidade.

Art.70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

O controle da gestão financeira, orçamentária e patrimonial é sistêmico, e compreende o controle interno e o externo de forma integrada e interdependente (TORRES, 2008, p. 207).

Ainda no tocante a Constituição de 1988, institucionalizou a integração entre os processos de planejamento e orçamento ao tornar compulsória a elaboração dos três instrumentos básicos do orçamento público, vejamos:

Art.165 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§1 A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§2 A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§3 O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§4 Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§5 A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- II – O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III- o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

§6 O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§7 Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional

§8 A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§9 Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Com a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, iniciou-se o ciclo de mudanças institucionais o controle fiscal, informação contábil gerada pela Administração Pública, os dispositivos que trata da prestação de contas dos gastos públicos e à fiscalização e acompanhamento por meio da participação popular na conduta do uso dos recursos públicos atribuindo maior responsabilidade ao gestor. Senão veja:

São instrumentos da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Parágrafo Único: A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiência pública, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Com o surgimento da LRF, o controle interno de cada órgão público, passou a ser um pressuposto da Responsabilidade Fiscal, com prevenção de riscos e correção de desvios, mantendo o equilíbrio das contas públicas conforme o determina o Art.1.º § 1º, *in verbis*:

Art.1.º Esta lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade da gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A LRF apresenta mecanismos de controle na Administração Pública. Segundo Debus (2002, p.7), a Lei de Responsabilidade Fiscal, “[...] trouxe avanços importantes para o País em termos econômicos e sociais. Instrumento transparente e democrático do processo de controle das finanças públicas nacionais apresenta mais uma conquista da sociedade brasileira”.

Considerando que os gastos públicos da administração pública se destacam como sendo problema de transparência e de falta de confiabilidade no orçamento da União, o controle social corresponde ao “[...] poder legítimo utilizado pela população para fiscalizar a ação dos governantes, indicar soluções e criar planos e políticas em todas as áreas de interesse social.” (ALCÂNTARA, 2000, p. 1 apud OLIVEIRA, 2002, p. 159).

O Controle administrativo pode ser conceituado com sendo “o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública (em sentido amplo) exerce sobre a sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito, por iniciativa própria ou mediante provocação”. (DI PIETRO, 2001, p. 588).

No processo de planejamento, o Estado tem como última fase, o controle, por ocasião da fiscalização entre a legalidade e a honestidade da direção na conveniência administrativa dos gastos públicos, durante o qual mantém assegurada a fidelidade e o seu sucesso.

Convém lembrar que os meios existentes de controle social no País estão ainda em fase de evolução. À medida, porém, que se institucionalizarem de um mecanismo de avaliação e controle capaz de corrigir os desvios a administração pública adquirirá prestígio e legitimidade, alcançará melhora na prestação dos serviços disponíveis à população e na aplicação dos recursos públicos.

2.3 Participação Popular e a Cidadania

A participação popular e o exercício da cidadania é tema bastante discutido pelas Organizações não governamentais e pelo próprio governo, a idéia é aproximar o governo e o cidadão com o objetivo de atender os anseios da sociedade e contribuir na fiscalização das contas públicas na administração pública. Direito estabelecido no inciso LXXIII do art.5º da CF/88.

Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

O que vem a ser Cidadania?

Demo (2003), define cidadania como:

Saber Pensar...Saber Intervir...Organizar-se Coletivamente...É um processo permanente de conquista da autonomia organizada e consciente, tendo em vista fazer a própria história.

“Cidadania é conquista.Não doada.Exige participação crítica”.

Cidadania exige saber pensar “Porque quando não se sabe pensar é pensado pelos outros”.

Teixeira (2004 p. 35), da mesma forma apresenta sua visão sobre o exercício da nossa cidadania no seguinte sentido:

Hoje, a cidadania é exercida muito precariamente.As pessoas exercem a cidadania como voto, comparecem às eleições mas, depois de votarem, até se fizerem uma pesquisa vão identificar que ninguém sabe qual foi o último candidato a deputado federal que votou, ou o estadual, ou até mesmo o governador.(...) Portanto, eu penso que esse exercício de cidadania ainda está muito aquém do desejado, para acompanhar efetivamente os recursos públicos.

Para que os cidadãos possam exercer a sua cidadania é importante ter consciência dos direitos e deveres, ter discernimento político, lutar por um mundo cada vez mais próximo da igualdade social.

O Brasil ainda luta para combater o analfabetismo. Tem cidadãos que mal sabe escrever o nome, é difícil imaginar esse cidadão lutando por uma vida mais digna, a prova disso está na escolha de seus representantes, que ao longo dos anos acumula uma sequência de escândalos e de falsas promessas ao seu eleitorado.

2.4 Transparência e Transparência Pública

Transparência é o cidadão saber onde e como está sendo aplicado o dinheiro arrecadado pelo Estado, que por meio dos representantes escolhidos tem a missão de governar com responsabilidade e seriedade.

Transparência é ter condição de acesso a todas as informações sobre como o governo trabalha.A transparência quer dizer que a administração pública funciona de uma maneira aberta, baseada em princípios éticos, e é capaz de ser questionada a qualquer momento, em função da facilidade que têm os cidadãos e outros interessados em acessar as informações [...].

A transparência pode ser medida através das formas como são tomadas as decisões (democráticas, participativas ou centralizadas, autoritárias); pela eficácia dos canais de interação do governo com a comunidade – como, por exemplo canais que possibilitem a participação dos cidadãos nas políticas públicas, questionando, sugerindo, monitorando, divulgando mobilizando etc. (TEIXEIRA, 2006, p.36).

Conforme a Cartilha de Olho Vivo no Dinheiro Público (p. 27):

Transparência: É quando sabemos onde, como e por que o dinheiro está sendo gasto. É quando as coisas são feitas às claras, sem mistérios, como devem ser feitas. A administração pública deve ser sempre transparente, porque não deve ter o que esconder do povo.

É importante para o governo e para sociedade a cultura de transparência, principalmente no que diz respeito às informações públicas, pois pode atuar como ferramenta na conferência das contas públicas e incentivar a educação política do eleitor, saber onde está sendo aplicado o dinheiro arrecadado dos impostos, taxas e contribuições e fazer o seu julgamento aos responsáveis pela gestão.

A Lei Responsabilidade Fiscal, define ações visando ampliação do controle social. Entre eles, encontra-se o art. 48 e art. 49 que dispõe sobre a transparência da gestão fiscal:

Art. 48.

Parágrafo único- A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Art.49- As contas apresentadas pelo chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta, e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Outro meio de controle social que se tem destacado são os meios de comunicação. Através deles são noticiados os principais desvios de recursos públicos, estimulando a participação da sociedade no controle dos gastos públicos.

É preciso que o cidadão acompanhe os atos da administração pública por intermédio dos seus agentes públicos, denunciando, quando for o caso, utilizando-se meios disponíveis eletrônicos ou qualquer outro mecanismo de denúncia.

Transparência no Governo

Além do Portal da Transparência, o Governo Federal, orientado pela missão de promover cada vez mais a transparência dos gastos públicos, disponibiliza aos cidadãos as páginas da Transparência Pública, ampliando as condições de conhecimento e controle do uso dos recursos gerados pelo pagamento dos impostos.

As páginas de Transparência Pública – instituídas pelo **Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005** e disciplinadas pela **Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006** – apresentam os dados referentes às despesas realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com informações sobre execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens que ocorrerem em seus respectivos âmbitos.

Cada órgão da administração direta e indireta do Poder Executivo Federal tem a sua página da Transparência Pública. O acesso é feito por meio de banner localizado na página inicial dos sites dos respectivos órgãos ou, ainda, pelo Portal da Transparência, que apresenta e reúne todas as páginas da Transparência já publicadas. As informações são apresentadas de forma clara e fácil, permanentemente atualizadas.

As páginas de Transparência Pública dão continuidade às ações de governo voltadas para o incremento do controle social e complementam as informações disponíveis no Portal da Transparência. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/CGU).

Conforme discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, Brasília, 7.6.2005.

E a solução para combater a corrupção significa mais democracia, significa mais transparência, significa mais vontade política e significa a determinação que, certamente, não apenas os meus ministros estão colocando em prática, mas o comportamento de cada ministro deste governo.

Em suma, a vigilância dever ser suficientemente forte para evitar resistências ilegais, mas não tão forte de tornar totalitário o regime vigente no Estado. (VIANNA, 2007, p. 185).

3 PROCEDER METODOLÓGICO

O método a ser empregado será de uma apuração tendo como opção metodológica a pesquisa bibliográfico-documental, buscar informações, inclusive utilizando os meios proporcionados pela Internet, na consulta em sites eletrônicos especializados, destacando-se o Portal da Transparência Pública da GCU disponibilizado ao cidadão por meio eletrônico.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa enquadra-se entre aquelas de caráter exploratório, pois busca apresentar em uma realidade as relações entre a visão da sociedade e as instituições públicas das ferramentas disponíveis no que se refere às ações do governo, a fim de obter respostas para o problema de estudo.

A primeira etapa surgiu da necessidade de coletar dados das ações em estudo para o desenvolvimento do trabalho.

Em 19 de março de 2008, foi enviado e-mail eletrônico ao responsável na CGU, pelas ações **“Olho Vivo no Dinheiro Público”** e da **“Educação a Distância”** solicitando informações as quais o trabalho será desenvolvido são elas:

- Ação **“Olho Vivo no Dinheiro Público”**, Público-alvo? forma de distribuição? resultado positivo e negativo se houver.
- Ação **“Educação a Distância”**, turmas concluídas, público alvo, faixa etária, sexo, cidade, formação acadêmica e nível de conhecimento em informática.

Em 7 de abril, buscou-se por meio de site eletrônico e de visita pessoal, informações junto ao Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), de ações desenvolvidas e voltadas ao interesse da sociedade. Num terceiro momento, em 27 de maio, à CGU respondeu às solicitações por meio da pessoa responsável, em arquivo word.

O INESC forneceu a cartilha de sua autoria e do Fórum Brasil do Orçamento, que tem como objetivo informar a sociedade sobre o importante Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal e Social (LRFS), na expectativa que todos possam participar e lutar para a sua aprovação. Esse projeto quer modificar a LRF, e conscientizar aos governos a cumprir as metas sociais e não só as fiscais com está estabelecido naquela lei.

Será apresentado neste estudo, um dos trabalhos desenvolvidos pelo INESC, o Programa Protagonismo Juvenil, em uma das escolas públicas do distrito federal, preocupados em oferecer aos alunos condições de entenderem e discutirem o orçamento público. A intenção é mostrar que organizações não governamentais, está preocupada em educar cada vez mais cedo cidadãos capacitados e dispostos a lutar pelos direitos sociais e serem capazes

de avaliar os programas de governo e do orçamento público, fazer surgir uma sociedade bem mais consciente dos seus direitos.

3.1 Portal da Transparência

Um dos maiores problemas sociais enfrentados pela sociedade brasileira nas últimas décadas foram às conseqüências de mau gerenciamento da gestão pública e que através dos meios de comunicação, a imprensa tem divulgado diversas notícias de corrupção.

É importante que a sociedade esteja vigilante efetuando denúncias e aos mecanismos existentes, no Portal da Transparência se construiu vários mecanismos em que a sociedade passa ter conhecimento e possa efetuar suas denúncias ao combate a corrupção. Senão vejamos:

O que é o Portal ?

O Portal da Transparência, lançado em novembro de 2004, é um canal pelo qual o cidadão pode acompanhar a execução financeira dos programas de governo, em âmbito federal. Estão disponíveis informações sobre os recursos públicos federais transferidos pelo Governo Federal a estados, municípios e Distrito Federal – para a realização descentralizada das ações do governo – e diretamente ao cidadão, bem como dados sobre os gastos realizados pelo próprio Governo Federal em compras ou contratação de obras e serviços, por exemplo.

Ao acessar informações como essas, o cidadão fica sabendo como o dinheiro público está sendo utilizado e passa a ser um fiscal da correta aplicação do mesmo. O cidadão pode acompanhar, sobretudo, de que forma os recursos públicos estão sendo usados nos municípios onde mora, ampliando as condições de controle desse dinheiro, que, por sua vez, é gerado pelo pagamento de impostos.

O Portal da Transparência é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. Sem exigir senha de acesso, o objetivo é aumentar a transparência da gestão pública e o combate à corrupção no Brasil.

O que é o Portal – O que você encontra no Portal

O Portal da Transparência reúne informações sobre como o dinheiro público federal é aplicado. Estão disponíveis dados de todos os recursos federais transferidos da União para estados, municípios e Distrito Federal. Pode-se consultar, por exemplo, quanto foi repassado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) do Ministério da Educação para qualquer município do País ou mesmo quem são os beneficiários da Bolsa Família, quanto receberam e em que meses.

Também estão publicadas informações sobre os recursos federais transferidos diretamente ao cidadão e sobre os gastos diretos realizados pelo Governo Federal, em compras ou contratação de obras e serviços, incluindo os gastos de cada órgão com diárias, material de expediente, compra de equipamentos e obras e serviços, entre outros, bem como os gastos realizados por meio de Cartões de Pagamentos do Governo Federal.

O que é o Portal – Como consultar

O Portal da Transparência dispõe, atualmente, de dois tipos de consultas:

- **Aplicações Diretas**

Por essa consulta, o cidadão pode obter informações sobre como são os gastos diretos do Governo Federal em compras ou contratação de obras e serviços. A pesquisa pode ser feita por órgão ou por tipo de despesa, como diárias, material de expediente, compra de equipamentos e obras e serviços, e, ainda, podem ser consultados os gastos realizados por meio de Cartões de Pagamentos do Governo Federal.

- **Transferências de Recursos**

Esta consulta permite que o cidadão confira como é feita a transferência do dinheiro público federal a estados, municípios, Distrito Federal e direto ao cidadão. Aqui é possível consultar a distribuição de recursos de programas como o Bolsa Família, a merenda escolar e a aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros.

- No Portal, as informações estão disponíveis ao usuário em linguagem simples e com navegação amigável, podendo ser acessada sem qualquer restrição ou necessidade de uso de senhas, em uma versão “cidadã” e compreensível, inclusive, por pessoas sem familiaridade com o sistema orçamentário-financeiro brasileiro.

O que é o Portal – Iniciativa inédita

O Portal da Transparência, criado pela Controladoria-Geral da União, tem o objetivo de dar mais transparência à Administração Pública e permitir que qualquer pessoa possa acompanhar a execução dos programas e das ações do Governo Federal.

Lançado em novembro de 2004, o Portal da Transparência nasceu como o mais abrangente banco de informações, aberto à população, sobre o uso que o Governo Federal faz do dinheiro que arrecada em impostos. A iniciativa é inédita no governo brasileiro e permite que cada cidadão passe a ser um fiscal da correta aplicação dos recursos públicos, sobretudo no que diz respeito às ações destinadas à sua comunidade.

Divulgue o Portal da Transparência

Quanto mais bem informado, melhores condições o cidadão tem para participar dos processos decisórios. Isso garante maior eficiência e menos corrupção e escândalos. Por isso, a Controladoria-Geral da União (CGU), a fim de estimular o controle social e o exercício da cidadania, apresenta opções de *banners* do Portal da Transparência que podem ser publicados nos sites de entidades/instituições comprometidas com a disseminação do conhecimento para a boa e correta aplicação dos recursos públicos. Dessa forma, as entidades/instituições que tiverem interesse precisam apenas seguir as instruções abaixo e concordar com os termos de uso do *banner*.

Termos gerais para o uso do *banner* do Portal da Transparência

1. Para divulgar o Portal da Transparência, é importante que a entidade/instituição esteja comprometida com ações voltadas ao combate e à prevenção da corrupção e à promoção da ética e da transparência pública.
2. O *banner* é fornecido às entidades/instituições parceiras gratuitamente.
3. As entidades podem escolher um dos modelos de *banners* e publicar em seus sites. As sugestões de *banners* podem ser utilizadas exatamente como estão apresentadas ou podem ser adaptadas pelos parceiros, de forma que a composição se enquadre melhor na estrutura de seu site, sem prejuízo da identidade visual proposta preliminarmente. Para facilitar o trabalho dos parceiros, caso seja necessário fazer adequações, a CGU disponibiliza o arquivo original de cada *banner* em PNG, além do modelo em GIF, compactados em arquivos Zip.
4. Para acompanhar o desenvolvimento das parcerias, a CGU solicita ao responsável pelo site da instituição a gentileza de enviar e-mail para

portaltransparencia@cgu.gov.br, informando o endereço eletrônico do site em que o *banner* se encontra.

5.O *banner*, que ficará no site da entidade ou instituição, direcionará o usuário para a página inicial do Portal da Transparência, cujo endereço é <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>.

6.A CGU e o Portal da Transparência não possuem qualquer vínculo ou responsabilidade pelas informações veiculadas nos sites dos parceiros.

7.O usuário que identificar divulgação de material ofensivo, ilegal ou atentatório à moral e aos bons costumes em algum dos sites parceiros poderá comunicar à coordenação do Portal pelo e-mail portaltransparencia@cgu.gov.br. A partir daí, será realizada a devida apuração e, se for o caso, será solicitada a retirada do *banner*.

Após aceitar os termos de uso, escolha um dos modelos de *banners* abaixo disponíveis e publique em seu site. Divulgue o Portal da Transparência. Saiba como o Governo Federal aplica o seu dinheiro! (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 29/6/2008)

O cidadão hoje pode participar de maneira mais efetiva no controle da Administração Pública, que é de fundamental importância para o desenvolvimento do País. A mudança de cultura no povo brasileiro no que diz respeito à cidadania se dá na medida, que, cresce a consciência do exercício de uma cidadania mais ativa e que atenda aos direitos de uma sociedade.

O Portal da Transparência é um dos mecanismos em que a sociedade participa mais efetivamente da Administração Pública

3.2 Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público

Além do Portal da Transparência, outras ações foram desenvolvidas pela CGU para estimular o controle social no País.

A partir dos relatórios do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da CGU, se descobriu que em boa parte das irregularidades constatadas nos municípios fiscalizados estava associada, sobretudo, com a falta de informação e orientação técnica, daí a decisão da CGU em desenvolver a Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público uma ação do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público.

A cartilha foi criada em novembro de 2003, sofreu alteração em 1/5/2005, que é a última versão disponível no Portal da Transparência, seção links do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, na ferramenta “publicações”, traz informações básicas sobre como acompanhar a aplicação dos recursos públicos transferidos pelo governo federal, ensina de forma simples como identificar os gastos e de como fazer denúncia, caso haja suspeita de desvios de recursos públicos.

A Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público contém 31 páginas, ilustradas e coloridas e funciona como um guia para o cidadão garantir os seus direitos, saber da adequada aplicação dos recursos municipais. Em geral procura ensinar a acompanhar e fiscalizar a gestão do dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos em seus municípios. Também explica as obrigações dos administradores públicos e como funcionam os principais conselhos municipais, elaborada pela própria CGU para o cidadão comum dos municípios brasileiros. Lideranças comunitárias são igualmente orientadas para desempenhar suas funções com mais efetividade.

Com essa cartilha o cidadão se sente estimulado a participar da sua comunidade, ficar de olho nos gestores públicos, pois, a obrigação do gestor é promover o bom uso do dinheiro público, agir com transparência em benefício da sociedade. Esse tipo de participação, que se pode considerar como participação ativa, se traduz no controle social na administração.

Informação obtida pela CGU por meio e-mail é que Cartilha de Olho vivo no Dinheiro Público, possui milhares de exemplares distribuídos em todo país, em eventos como: cursos, seminários, fóruns e em encontros de lideranças comunitárias, disponibilizada também no site da internet, nos endereços do escritório da CGU dos estados brasileiros, podendo ainda ser encaminhada por e-mail ao solicitante, porém não se conseguiu na CGU o número de exemplares já distribuídos. Em contato telefônico, houve a informação de que não existe controle da distribuição desse material.

3.3 Educação a Distância

Para melhor entendimento segue a definição dessa ação, extraída do site da CGU em 27/6/2008.

Com os recursos da Educação a Distância (EaD), o aprendiz tem acesso a mecanismos complementares de informação e orientação adequados à aprendizagem de adultos e à educação continuada, pressupostos do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público. As ações de EaD prevêm a oferta de cursos com tutoria, cursos sem tutoria, fórum de debates e vídeos educacionais, entre outros.

Para viabilizar as ações de EaD, a Controladoria-Geral da União (CGU) firmou parcerias com a Escola de Administração Fazendária (Esaf), com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/Senado). O objetivo é capacitar conselheiros municipais, agentes públicos municipais e cidadãos em geral, por meio dos cursos a distância desenvolvidos pela CGU e pelos parceiros, bem como facilitar o acesso aos vídeos produzidos pelo ILB.

Até o levantamento de dados para a realização deste trabalho, a ação de Educação a Distância em parceria com a Escola Virtual da Escola da ESAF, proporcionou ao cidadão 2 (duas) edições.

A primeira turma se deu em dezembro de 2007. O interesse do cidadão em acompanhar as ações do Governo Federal fez com que a CGU aumentasse em 37% o número de vagas para a segunda edição do Curso a Distância sobre Controle Social, que se deu em março de 2008, informações obtidas no site do Portal da Transparência no Programa de Olho Vivo no Dinheiro Público em “notícias”, divulgadas em 27/11/2007 e 10/03/2008.

O curso a distância traz o seguinte conteúdo programático: a participação popular, o controle das ações governamentais e o encaminhamento de denúncias aos órgãos responsáveis.

O oferecimento do Curso Educação a Distância é uma ação do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, criado em 2003 pela CGU, que busca orientar sobre a importância da transparência na administração pública, essa estratégia de capacitação permite a racionalização dos custos e o alcance de maior universo.

A demanda por vaga é indicação do interesse crescente do cidadão em acompanhar e participar das ações praticadas pelo Poder Público, serve como incentivo para a CGU em promover novas ações de capacitação. A avaliação positiva é que o curso a distância constata uma diversidade dos participantes nas idades com menos de 30 anos e com mais de 50 anos. E, quanto à formação escolar, há participação de estudantes de ensino fundamental a doutores. É possível perceber que, independentemente da escolaridade declarada, o aluno cidadão pode ser participativo e contribuir para o controle social do País.

4 RESULTADOS

4.1 Cartilha de Olho Vivo no Dinheiro Público

Das respostas fornecidas pela CGU enviadas por e-mail e por meio do arquivo do Word, da ação da Cartilha “Olho Vivo no Dinheiro Público”, alguns aspectos merecem ser analisados e comentados:

1 - Qual o público-alvo?

R - O público-alvo são todos os cidadãos. Como ela contém informações em forma de texto e de quadrinhos, há a pretensão de se atingir públicos diversos, com relação ao grau de escolaridade e faixa etária.

A Cartilha cria mecanismos e oferece à sociedade em todos os níveis de escolaridade, com fácil entendimento, condições de conhecer o funcionamento dos recursos do governo federal nas cidades e serve de guia ao cidadão.

2 - A forma como está sendo distribuída?

R - A cartilha é distribuída nas capacitações realizadas pela CGU, nas fiscalizações nos municípios e nos demais eventos realizados pela CGU e por entidades parceiras. Esse material também é encaminhado para cidadãos e entidades que as solicitam por e-mail. Além dessas estratégias de distribuição, a cartilha também está disponível para download nas páginas da CGU na internet.

Sabe-se que todo cidadão tem o direito a essa cartilha, mas a forma de distribuição acaba impondo limites, pois os cidadãos que não participam das capacitações e dos eventos e que não acessam o site da CGU, acabam não recebendo a cartilha. Melhor divulgação por parte do governo despertará maior interesse da sociedade que poderá trazer grandes benefícios à sociedade.

3 - Refere-se atualmente aos gastos públicos só dos municípios e os gastos da esfera federal existe alguma inovação a ser realizada?

R - A ênfase da cartilha é nos recursos públicos descentralizados aos municípios. Quanto aos gastos públicos em geral - realizados por todas as esferas de governo - a Controladoria-Geral da União, no âmbito do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público,

realiza os eventos de educação presencial, o concurso de desenho e redação e o curso a distância de controle social. Download nas páginas da CGU na internet.

A orientação da cartilha é acompanhar os gastos dos municípios, pois muitos deles têm uma receita pequena e dependem de transferências dos governos federais e estaduais e acaba que o governo tem dificuldade em fiscalizar, estimulando à participação da sociedade.

É interessante que o governo amplie o programa para elaboração da cartilha relacionada aos gastos do governo federal, proporcionando, compreensão, transparência e monitoramento para onde estão sendo utilizados os recursos públicos.

4 - Resultados positivos e negativos caso haja.

R - A cartilha é um material de grande aceitação nos municípios e em todas as ações da capacitação que a Controladoria-Geral da União realiza. Há de se destacar também que diversas instituições e organizações populares solicitam espontaneamente o material, a fim de utilizá-los em campanhas e ações educativas. No 1º Concurso de Desenho e Redação da CGU, que tinha por tema "Como a sociedade pode ajudar no combate a corrupção?", a cartilha foi material de referência para a capacitação de professores e desenvolvimento do conteúdo com os alunos do ensino fundamental. Os trabalhos produzidos no concurso demonstraram que o tema foi bem compreendido e absorvido pelos estudantes, no que se verificou um resultado extremamente positivo proporcionado pela cartilha.

- a. Resultados positivos – grande aceitação nos municípios, organizações populares em suas ações educativas, utilizado como material de referência para os professores do ensino fundamental.

Nota-se que a ação da Cartilha “Olho Vivo no Dinheiro Público” necessita de inovação, pois atinge aos gastos dos municípios. O governo federal pode ampliar mecanismos de simples entendimento aos cidadãos de onde estão sendo aplicados os recursos em cada órgão na esfera federal, como por exemplo, os gastos com a previdência social que o governo afirma não ter recurso e está em déficit público. Falta aí a prestação de contas do que entra que sai e de que forma sai os recursos destinados aos pagamentos dos benefícios sociais.

4.2 Educação a Distância

Curso Controle Social, nº de participantes em 2007 – **273**, em 2008 - **1449**. O número de participantes da 1ª turma do Curso de Controle Social de 2007 para 2ª turma em 2008 foi o equivalente a 81,36%, número bastante expressivo, mas se comparado com o total de habitantes no País, este número é tem pouca expressividade. Segundo dados extraídos no site

do IBGE em 18/9/2008, o Brasil conta hoje com mais de 180 milhões de habitantes, O total de participação nas duas turmas foi de 1722, mas o que se pode deduzir que, apesar dos dados serem pequenos, o governo federal vem se empenhando com intuito de fortalecer o controle social e gradativamente, como se confirma nos dois cursos, o cidadão tem buscado informações objetivas e de fácil compreensão.

Tabela 1: Distribuição dos participantes por Faixa Etária

Faixa Etária	2007		2008	
	Quant	%	Quant	%
Até 30 anos	83	30,40	501	34,58
31 a 40 anos	94	34,43	478	32,99
41 a 50 anos	67	24,54	345	23,81
Acima de 50 anos	29	10,62	124	08,56
Não informado	-	-	1	00,07
total	273	100%	1449	100 %

A participação se confirma em todas as faixas etárias, de acordo com os percentuais apresentados, os cidadãos com faixa etária até os 40 anos têm demonstrado maior interesse aos cursos.

Tabela 2: Distribuição dos participantes por sexo

Sexo	2007		2008	
	Quant	%	Quant	%
Feminino	149	54,58	766	52,86
Masculino	124	45,42	682	47,07
Não Informado	-	-	1	0,07
total	273	100 %	1449	100 %

A participação entre homens e mulheres é equilibrada, ambos estão buscando melhor conhecimento. O importante para a sociedade é acompanhar o governo para que ele mude de política e atenda as demandas e necessidades dos cidadãos.

Tabela 3: Distribuição dos participantes por região

Região	2007		2008	
	Quant	%	Quant	%
Norte	19	6,96	117	8,15
Nordeste	60	21,98	522	36,01
Centro-Oeste	74	27,10	228	15,74
Sudeste	60	21,98	358	24,70
Sul	60	21,98	223	15,40
Não Informado	-	-	1	0,07
Total	273	100 %	1449	100 %

Em análise se percebe que houve participação em todas as regiões do Brasil, e também um crescimento de 85,5% entre a primeira e a segunda turma.

Tabela 4: Distribuição dos participantes por formação acadêmica

Formação Acadêmica	2007		2008	
	Quant	%	Quant	%
Superior	136	49,82	715	49,34
Pós Graduação	89	32,60	353	24,36
Ensino Médio	41	15,02	315	21,74
Mestrado	5	1,83	54	3,73
Doutorado	1	0,37	5	0,35
Ensino Fundamental	0	-	5	0,35
Não Informado	1	0,37	2	0,14
Total	273	100 %	1449	100%

Os Participantes são de diversos níveis de escolaridades. O de nível superior foi o que mais se destacou apresentando os seguintes percentuais de 49,82 % em 2007, e de 49,34% em 2008. Comparando as duas turmas, em 2007 não tinha nenhum participante de ensino fundamental, mas já em 2008 houve alguns, o percentual não apresenta expressividade em comparação aos outros níveis de escolaridade, isto mostra que precisa investir mais nestes cidadãos, talvez um dos caminhos é a inclusão de disciplinas levando conhecimento do orçamento público nas escolas. Conforme será citado neste trabalho ao final desta análise, experiências vêm sendo aplicadas em algumas cidades, as ONGS vem desenvolvendo esse papel importante para a sociedade.

Tabela 5: Distribuição dos participantes por conhecimento de informática

Conhecimentos	2007		2008	
	Quant	%	Quant	%
Intermediário	133	48,72%	732	50,52%
Básico	81	29,67%	410	28,30%
Avançado	58	21,25%	305	21,05%
Não Informado	1	0,37%	2	0,14%
Total	273	100 %	1449	100 %

A participação foi desde o nível avançado ao intermediário. O nível intermediário foi o que mais se destacou apresentando os seguintes percentuais de 48,72 % em 2007, e 50,52% em 2008.

Avaliando os resultados obtidos, é evidente que o órgão responsável por estas ações a CGU, pode incrementar e promover parcerias com entidades não governamentais, caso isso já não vem sendo feito. A intenção é robustecer as funções do controle interno, sendo a CGU, órgão responsável por exercer a supervisão técnica da transparência da gestão e do controle social no âmbito da administração pública.

4.3 Ações não-governamentais

Ações que vem sendo desenvolvidas pelo Instituto de estudos Socioeconômicos (INESC) e pelo Fórum Brasil do Orçamento (FBO) merece ser destacado nesse trabalho, pois traz conteúdos relevantes: A elaboração em conjunto da Cartilha ao Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal e Social PLP- nº 264/2007, apensado a sugestão de projeto de Lei criado em 2006 por meio da SUG-210/2006 CLP.

A intenção é de modificar a LRF nº 101/2000 com o objetivo de que os governos cumpram também as metas sociais e não só as fiscais.

Como será o controle social

O projeto da LRFS já prevê a participação da sociedade nos seguintes momentos:

(1) Quando os Planos Plurianuais, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais são elaborados pelo município, Estado ou União. E vai além do que diz a Lei atual, o novo projeto detalha os processos da Audiência Pública necessária para consultar a população sobre onde os recursos devem ser gastos, dizendo como e onde as informações devem ser divulgadas. Ele traz a necessidade de elaboração e divulgação de versões simplificadas desses documentos, apresentadas em linguagem objetiva e acessível a qualquer cidadão. Exige também que todas essas informações fiquem disponíveis em meios eletrônicos de acesso público, veículos de comunicação de massa.

(2) Nos momentos de prestação de contas do que os governos estão fazendo com dinheiro público, por meio de:

- Relatório Resumido de execução Orçamentária: um balancete que deve ser feito a cada bimestre, contendo as principais receitas e despesas.
- Relatório da Gestão Fiscal: um balancete mais detalhado do Orçamento, que deve ser feito nas cidades com mais de 50 mil habitantes. Para as cidades menores, os balancetes podem ser feitos a cada seis meses. (Isso se mantém em relação à Lei atual)

O Projeto da LRFS vai além disso, pois os relatórios prevêem não apenas como estão sendo cumpridas as metas fiscais, mas também as metas sociais. E mais, o Projeto propõe o que seria o conteúdo mínimo de informações que os relatórios de gestão devem conter, relativas às metas sociais, renomeando-o de Relatório de Gestão Social. Para isso, exige que seja estabelecida uma programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

(3) Além desses momentos claros de participação, as contas públicas deverão estar disponíveis, durante toda a gestão, nos órgãos Legislativos, responsáveis pela sua elaboração.

O Projeto da LRFS prevê que **é necessário publicizá-las também em meios eletrônicos de acesso público**, para consulta da sociedade. Isso evita que a sociedade fique intimada de solicitar essa informação ou desacredite que vai conseguir acessá-la, com receio de ser atendida por alguém que negue ou demore muito para informar; ou que informe parcialmente o que foi pedido; e principalmente, que estabeleça uma relação de favor e não de direito. A população tem direito à informação.

> Isso significa que você, cidadão, poderá cobrar que seu governo torne acessíveis as informações sobre como está sendo gasto o Orçamento. Tanto o poder Executivo, como o Legislativo (que geralmente possui uma Comissão de Finanças, encarregada de apresentar os balancetes mensais), ou mesmo junto ao sítio da internet do poder público, são exemplos de locais onde pode

encontrar essa informação com linguagem simples e acessível a todos. Cobre de seu governo essa transparência!

(4) O Projeto da LRFS traz uma novidade: prevê que os relatórios e balancetes financeiros (já previstos na Lei atual) **estabeleçam um sistema de contabilidade específico para o acompanhamento das metas sociais selecionadas**. Dessa forma, pretende facilitar a fiscalização pela sociedade desse cumprimento.

Mais do que isso, como a responsabilidade não é apenas fiscal, é social, o seu cumprimento é mais facilmente controlado pela sociedade que, mesmo que não entenda os planos e relatórios, poderá perceber os resultados sociais, geralmente mais concretos.

O andamento deste projeto se encontra na seguinte fase de aprovação: em 14/2/2008, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), foi apensado ao PLP nº 353/2006, que contém a seguinte Ementa: Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para criar o Anexo de Metas Sociais à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

É mérito para sociedade a elaboração deste Projeto-Lei, se aprovado será mais fácil para o cidadão acompanhar as metas sociais em conjunto com as fiscais já disponibilizadas e trará o fortalecimento ao controle social que é de interesse coletivo. É preciso contar com a participação dos eleitores para cobrar dos seus representantes parlamentares, os interesses de toda a sociedade.

Como sugestão, cada unidade gestora da Administração Pública, seja ela federal, estadual ou municipal, dever ser obrigada a esclarecer a sociedade, por meio de Cartilha o “Bom uso do Dinheiro Público”, de forma simples e dando melhor transparência pública ao cidadão de onde estão sendo aplicados recursos recebidos. Oferecer cursos a sociedade explicando os mecanismos de fiscalização dos recursos destinados aos programas previstos no Plano Plurianual, inclusive apresentando balanços de fácil interpretação.

A idéia é trazer com essa obrigatoriedade, maior comprometimento do gestor público, hoje, com a LRF, os órgãos publicam relatórios para prestação de contas, mas nem todos os cidadãos conhecem essa informação que é feita por meio de relatórios técnicos divulgados na internet por exigência da LRF em seu artigo 48:

Art. 48 São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

A intensificação nas escolas no conhecimento mais aprofundado dos gastos públicos, trará ao aluno conhecimento, fazendo com que ele sinta a necessidade de exercer a sua

cidadania ainda criança, ter condições acompanhar o combate a corrupção e no controle social.

Algumas ONGs trabalham nesse sentido simulam e discutem o orçamento público nas escolas será citados experiências realizadas pela INESC em seu trabalho – Protagonismo Juvenil na cidade de Taguatinga.

Olhar Cidadão – DE OLHO NELES

Projeto de escola pública, em Taguatinga, estimula crianças a discutir política, estudar história, meio ambiente e mitologia. Olhar Cidadão ganhou prêmio nacional do MEC

A aluna da 4ª série B da Escola Classe 17 de Taguatinga Rayra Mariana de Assis Sant' Ana, 10 anos, aprendeu que pode pedir a nota fiscal ao comprar apenas um chocolate ou uma balinha na venda da esquina. Asafe Bruno Pinto Siqueira, 10 anos, estudou a vida política de deputados distritais e se decepcionou com as atitudes de alguns. Karina Silva, 10 anos, agora conhece a importância dessas e outras descobertas, como cuidar do meio ambiente, defender direitos e deveres dos cidadãos, saber que a população pode e deve se mobilizar para pedir mudanças na sociedade.

Todos esses temas foram debatidos dentro da sala de aula de 40 alunos da Escola Classe 17 de Taguatinga. Durante o primeiro semestre deste ano a proposta foi desenvolvida por meio do projeto Olhar Cidadão, de autoria da professora Francisca Rodrigues de Oliveira, 45 anos, 17 anos deles dedicados ao magistério. Os alunos envolvidos no programa garantem que vão levar as lições que aprenderam, ao pé da letra, para o resto da vida. Estão orgulhosos do aprendizado e do fato de que o Olhar Cidadão foi um dos 20 melhores trabalhos nacionais selecionados pelo Prêmio Professores Brasil promovido pelo Ministério da Educação (MEC). A professora recebeu troféu, diploma e um prêmio de R\$ 5 mil.

Foram seis meses de muito trabalho. Durante as aulas de matemática, português, ciências, história, artes, a professora ensinou e orientou para que os olhares dos alunos estivessem sempre atentos ao que se passa na sociedade. Ensinou-os a acumular informações com um olhar crítico e a colocar em prática o que aprenderam de gestos de cidadania. Nas aulas de história conheceram pontos turísticos da cidade e o que eles representam na vida do país.

Essas experiências de jovens e adolescentes no Distrito Federal participando de formação em orçamento e no controle social trata-se de um processo de amadurecimento e estímulo, visa interesse na defesa dos direitos sociais de buscar quanto mais cedo a cidadania brasileira.

Experiências em outras cidades brasileiras estão sendo desenvolvidas pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos, na luta pelos Direitos e Políticas Públicas voltados para a infância e juventude, estimulando a sociedade a se integrar. Não há idade certa para começar a ser cidadã e cidadão e buscar, permanentemente, a defesa de direitos.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Sabe-se que a corrupção não é um fenômeno que ocorre de forma isolada no Brasil, tampouco é uma característica somente da cultura brasileira. O problema atinge escala mundial. As ações de prevenção e combate à corrupção instituídas pelo governo Federal requer cooperação da sociedade brasileira. A integração entre o governo federal, estados e municípios e a participação dos cidadãos é indispensável ao controle dos gastos públicos, pois os cidadãos assumem a condição de co-autores da gestão pública.

Diante disso, a Controladoria-Geral da União (CGU) com o seu trabalho em diversas ações fomenta o controle social nos municípios brasileiros. O Programa “Olho vivo no Dinheiro Público” desenvolveu, por exemplo, duas ações voltadas ao aprendizado, orientando e capacitando os agentes públicos, conselheiros, lideranças locais e a todo cidadão brasileiro, com o objetivo de prevenir e minimizar a ocorrência de impropriedades na aplicação dos recursos públicos.

A proposição da CGU, como observado nos resultados obtidos vem sendo alcançado, atingiu a sociedade brasileira de forma diversificada, desde aos cidadãos com menos de 30 anos e os com mais de 50 anos, entre estudantes de ensino fundamental e de formação em doutorado. Com efeito, o processo de proximidade entre o Estado e os cidadãos atinge um dos principais aspectos de mudança na Administração Pública.

O acompanhamento da Administração Pública pela sociedade civil, seja na sua execução ou no seu controle, principalmente por meio das organizações sociais dá sentido a gestão pública transparente que tem o foco no cidadão, como uma das suas características, como também direcionar a participação do Estado no atendimento das necessidades da Sociedade.

A iniciativa de criação do Portal da Transparência instituído pelo governo brasileiro por meio da CGU em 2004, é uma experiência bem satisfatória na área de prevenção da corrupção. Nota-se que o problema de corrupção só será resolvido a longo prazo. Pelo menos, dois caminhos poderão viabilizar uma transformação de cultura na Administração Pública Brasileira. Um deles é o decorrente de capacitação e treinamentos internos, que já vem sendo desenvolvidos, o segundo decorre da modificação da cultura dos servidores públicos, fortemente marcados por vícios. A possibilidade de modificação de cultura dentro da administração, reduz, sem dúvida alguma, a corrupção e traz efetiva melhoria para o controle social no País.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo delineação de duas ações implementadas pela CGU, lembrando que estão disponibilizadas por meio de site eletrônico e cabe a sociedade civil demonstrar interesse e procurar garantir a implementação dos direitos sociais e econômicos.

A pesquisa que foi desenvolvida no Portal da Transparência nas duas ações a Cartilha de Olho Vivo no Dinheiro Público e na Educação a Distância, com dados extraídos da CGU, atinge ainda de forma modesta a população brasileira. Percebeu-se que Cidadão sem grau de instrução e pouco de conhecimento de informática, muitas das vezes ainda desconhece esses mecanismos oferecidos pelo governo.

Por outro lado a implementação do Portal da Transparência está trazendo informações sobre a execução financeira do governo federal de forma mais transparente, despertando interesse da sociedade civil, como por exemplo, nos municípios o acompanhamento dos gastos públicos, inclusive apresentação denúncias de programas realizados em sua cidade, ajudando à CGU a fiscalizar os possíveis desvios, resumindo oferecendo melhor controle social.

Diante do exposto, é imprescindível a contribuição da CGU, exercendo o seu papel de supervisão técnica e fiscalizadora à prevenção ao controle social e no combate à corrupção que tanto atrapalha o desenvolvimento do País. A participação da sociedade civil é peça fundamental no processo de transparência e da democracia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**, de 5 de outubro de 1988 e alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n°s 1/1992 a 55/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/1994. Disponível em www.planalto.gov.br

BRASIL. **Lei Complementar Federal n° 101, (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br

BRASIL. **Lei Federal n° 4.320**, de 17 de março de 1964, estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, por meio da Rede Mundial de Computadores. Disponível em www.planalto.gov.br

BRASIL. **Lei Orgânica n° 8.742**, de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br

BRASIL. **Decreto n° 5.482**, de 30 de junho de 2005. Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores. Disponível em www.planalto.gov.br

CARTILHA, **Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal e Social**. PLP n° 264/2007. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Fórum Brasil do Orçamento (FBO), 2006.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU) **Manual para agentes municipais**. CGU, Brasília, 2005.

DEMO, Pedro. **Conferência proferida para os alunos dos Mestrados em Planejamento e Políticas Públicas e Políticas e Cidadania da Universidade do Ceará**. UECE, 2003.

DI PIETRO. Marai Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FIGUEIREDO, C. Maurício; NÓBREGA, Marcos. **Administração pública, direito administrativo, financeiro e gestão pública: Prática, inovações e polêmicas**. 1ª ed. (revista). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). Disponível em: <<http://protagonismojuvenil.inesc.org.br/>> acesso, 20 de julho de 2008.

MAFRA FILHO, Francisco Salles Almeida. Conselho de transparência pública e combate à corrupção: inovações ao Decreto 6.075, de 3.04/07. **Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, V. 33, abril/2007.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Transparência administrativa: Publicidade, motivação e participação popular**. São Paulo: Saraiva, 2004.

NASCIMENTO, R. Edson. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2ª ed. Brasília: ESAF, 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes. **Responsabilidade fiscal**. 2ª ed. (revista). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponível em: <[http:// www.cgu.gov.br/transparencia/](http://www.cgu.gov.br/transparencia/)>
Diversos acessos entre 8 e 28 de março de 2008.

SANTOS, Luiz Alberto dos; CARDOSO, Regina Luna Santos. **Perspectivas para o controle social e a transparência da administração pública**. In Prêmio Serzedello Corrêa 2001: Monografias vencedoras - Perspectivas para o controle social e a transparência da administração pública. Brasília: Tribunal de Contas da União, Instituto Serzedello Corrêa 2002.

SANTOS, Wederson Rufino. Seguridade social a partir de 1988: o início da proteção dos direitos sociais no Brasil. **Revista Katálisis**. Vol.10, nº 2, jul/dez 2007.

SCHIER, Adriana da Costa Ricardo. **A participação popular na administração pública: o Direito de Reclamação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SILVA, Luiz Inácio Lula. Presidente da República. **Abertura IV Fórum Global de Combate à Corrupção**. Brasília, 2005.

TEIXEIRA, Alberto. **Guia da cidadania para a transparência: Prevenção Contra corrupção**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

VIANNA, Túlio. **Transparência pública, opacidade privada**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 14724 - Informação e documentação: Trabalhos acadêmicos**. 2ª ed. Dezembro de 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6023 - Informação e documentação: Referências – Elaboração**. Agosto de 2002.

AURÉLIO, Holanda Buarque. Dicionário. Programa Positivo internet.

VIANA, Nildo. **A elaboração do projeto de pesquisa**. 2ª ed. Goiânia: Germinal, 2002.